

Transpondo muros: as visitas de campo como metodologia de ensino-aprendizagem nos cursos de turismo

Breaking Down Walls: Field trips as a teaching-learning methodology in tourism courses

Transponiendo muros: las visitas de campo como metodología de enseñanza y aprendizaje en los cursos de turismo

Ilana Barreto Kiyotani¹
Rosalma Diniz Araújo²
Salichôa Cunha de Oliveira³

Este artigo foi recebido em 12 de ABRIL de 2020 e aprovado em 25 de SETEMBRO de 2021

Resumo: Este trabalho correlaciona a funcionalidade e necessidade das visitas de campo no curso de bacharelado em Turismo com o entendimento que os discentes possuem a respeito dessa prática de ensino e sobre o papel intermediador do docente. Sendo um fenômeno social e multidisciplinar, o Turismo carece de uma vivência no aspecto prático, visando articular os conhecimentos obtidos em sala. Foi realizada uma pesquisa exploratório-descritiva envolvendo o tema central e investigados assuntos relacionados. Infere-se que, na concepção dos graduandos da Universidade Federal da Paraíba, o turismo pedagógico e a visita de campo são associados à teoria aplicada à prática. Sobre a função do docente, os alunos apontam quatro papéis atrelados à figura do professor: orientador, organizador/planejador, líder e transmissor de conhecimentos. Evidenciam-se esclarecimentos de pontos fortes e frágeis dessa ferramenta de ensino-aprendizagem, e são propostas possíveis investigações atreladas a assuntos que neste artigo não foram esclarecidos.

Palavras-chave: Turismo. Processo de Ensino-aprendizagem. Visita de campo. Práxis educacional.

Abstract: This work correlates the functionality and necessity of field trips in the Tourism's Bachelor course with the understanding that students have about this teaching practice and the intermediary role of the teacher. Being a social and multidisciplinary phenomenon, Tourism lacks an experience in the practical aspect aiming to articulate the knowledge obtained in the classroom. An exploratory-descriptive research was carried out involving the central theme and investigated subjects related to it. It appears that, in the conception of undergraduate students at the Federal University of Paraíba, pedagogical tourism and field trips are associated with the theory applied to practice. Regarding the duty of the teacher, students point out four roles linked to this figure: advisor, organizer/planner, leader and transmitter of knowledge. It becomes evident the strengths and weaknesses of this teaching-learning tool were evidenced, and possible investigations are proposed related to issues that have not been clarified in this article.

Key words: Tourism. Teaching-learning process. Field trips. Educational praxis.

Resumen: Este trabajo correlaciona la funcionalidad y la necesidad de las visitas de campo en el curso de la Licenciatura de Turismo con la comprensión que los estudiantes tienen sobre esta práctica de enseñanza y sobre el papel intermediario del profesor. Siendo un fenómeno social y multidisciplinario, el turismo carece de una experiencia en el aspecto práctico destinada a articular los conocimientos obtenidos en clase. Se llevó a cabo una investigación descriptiva-exploratoria del tema central y se investigaron los temas relacionados con él. Se infiere que, en la concepción de los graduados de la Universidad Federal de Paraíba, el turismo pedagógico y la visita de campo están asociados a la teoría aplicada a la práctica. En cuanto a la función del profesor, los alumnos señalan cuatro funciones vinculadas a la figura del profesor: asesor, organizador/planificador, líder y transmisor de conocimientos. Se aclaran los puntos fuertes y débiles de esta herramienta de enseñanza y aprendizaje, y se proponen posibles investigaciones relacionadas con temas que no se han aclarado en este artículo.

Palabras Clave: Turismo. Proceso de enseñanza-aprendizaje. Viajes al campo. Praxis educativa.

¹Doutora em Turismo. Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa – PB, Brasil. E-mail: ilana.kiyotani@academico.ufpb.br

²Doutora em Turismo. Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa – PB, Brasil. E-mail: rosa_almadiniz@yahoo.com

³Bacharel em Turismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal – RN, Brasil. E-mail: salichoa@gmail.com

1 Introdução

A mobilidade de pessoas para outras localidades acontece desde que os homens sentiram a necessidade de buscar alimentos, melhores condições climáticas, um ambiente que lhes proporcionasse conforto, segurança e suprimentos essenciais à sobrevivência. Posteriormente, quando se tornaram fixos em uma região, as populações passaram a migrar por motivos de guerra, de pragas, de catástrofes naturais e de visitação a familiares. Em seguida, vieram os deslocamentos para tratamentos de saúde, atividades desportivas e peregrinações religiosas, que se tornaram mais comuns e evidentes no século XIX. Porém, somente com o advento das férias remuneradas é que se percebe a transformação nas motivações dos deslocamentos, no intuito de se locomover pela simples vontade de conhecer outra localidade e outro modo de vida (DIAS, 2008; BOYER, 2003).

Existe uma longa discussão epistemológica sobre o turismo, o que não constitui o foco deste estudo. Certo é que o turismo se tornou uma relevante atividade econômica da atualidade, movimentando cifras impressionantes pelo mundo e situando-se em 3º lugar na categoria exportação, crescendo pelo 7º ano seguido mais que as mercadorias. Não é de estranhar, portanto, o fato de que muitas cidades no Brasil estejam buscando nesta atividade uma alternativa de desenvolvimento econômico.

Além da esfera econômico-mercadoológica, o turismo “é uma importante área de interesse acadêmico, governamental, industrial e público” (HALL, 2001, p. 17). O turismo é movimento de pessoas e se constitui em um fenômeno que envolve, sobretudo, gente. Assim sendo, pertence mais ao ramo das ciências sociais que das ciências econômicas e transcende a esfera das meras relações da balança comercial (BANDUCCI JR.; BARRETO, 2011).

É uma infinidade de relacionamentos que se interconectam e perpassam pelo espectro do turismo e repercute na sociedade e no meio ambiente. Em função dessas transformações que ocorrem na localidade turística, faz-se imprescindível ter uma visão crítica a respeito dessas transformações e das relações que se estabelecem para então saber lidar com os conflitos, com as diferenças e ser capaz de compreender a dinâmica social e ambiental do lugar.

Assim, os professores dos cursos de Turismo partem desse pressuposto para formar bacharéis com tal entendimento do fenômeno social turístico e das interferências nos recursos naturais. Baseado nesse prisma da logística social, vê-se o instrumento da visita de campo como um facilitador da compreensão dessa interação entre turista e autóctone, ou da visão que um possui do outro, além de proporcionar um entendimento do cotidiano daqueles que ali residem, ficando cientes das disputas de interesses que circundam o turismo daquela região.

Dessa forma, o discente passa a entender, na prática, como se processam os relacionamentos no âmbito da atividade turística e, a partir dela, começar a formar um senso crítico capaz de perceber nuances sociais que não são percebidas em sala de aula. Atrelada ao estudo da teoria, a vivência do campo, repercute, então, de maneira relevante no aprendizado do educando, que passa a dispor de maior compreensão das relações sociais e, a partir de casos práticos, passa a captar melhor as diversas interferências (positivas e negativas) decorrentes do fenômeno turístico. Com base nessa percepção, Dencker (2003, p. 259), ressalta que:

Nessa perspectiva, é imprescindível enfatizar, nos cursos de formação destinados a bacharéis em turismo, o domínio de métodos e técnicas de pesquisa em todas as suas modalidades: bibliográficas, documentais e de campo. Isso permitirá o aprimoramento da capacidade crítica, no que se refere à leitura dos dados disponíveis, gerando as competências fundamentais para a elaboração das pesquisas necessárias à construção de um conhecimento do turismo adequado à nossa realidade.

Assim, são oferecidos meios de tornar o futuro profissional apto a tomar decisões, a compreender as diversidades e atuar com segurança no local de trabalho.

Transcender o ambiente de sala de aula significa seguir uma série de procedimentos que favoreçam um importante entendimento da realidade visitada. Segundo Veloso (2003), essas etapas implicam o entendimento do homem (Antropologia), da natureza (Geografia/Ecologia), da Sociedade (Sociologia/História) e da produção do conhecimento (Metodologia), para então escolher sob qual perspectiva (empirismo, racionalismo, interacionismo) se quer obter o conhecimento a respeito do local e do grupo social que ali reside. Trata-se, portanto, de um trabalho minucioso o qual requer uma preparação dos alunos, a execução da visita e, principalmente, a confirmação ou não de hipóteses levantadas.

Levando tais aspectos em consideração, o objeto do presente estudo é a análise da visita de campo como instrumento de ensino-aprendizagem. A visita de campo é componente curricular e recurso pedagógico de vários cursos, inclusive de Turismo. Sua riqueza reside em seu caráter que reúne ensino, pesquisa e extensão em um só instrumento pedagógico, pois ir à campo pressupõe uma teoria prévia, dada em sala de aula; a pesquisa in loco por meio da programação e planejamento das atividades empíricas; e, de certa forma, do intercâmbio cultural e social que a visita embute neste encontro que pode semear também um estado de cooperação. Paulo Freire lembra do caráter dialógico da educação quando diz que “é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 2006, p. 46).

Portanto, o presente artigo foi desenvolvido a partir de um breve histórico sobre o surgimento e propagação do curso de Turismo no Brasil, seguido de uma pesquisa com discentes do curso de bacharelado em Turismo da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, com a intenção de buscar a percepção destes a respeito dessa ferramenta de ensino a partir da opinião dos entrevistados. Por fim, foi realizada uma análise sobre o aproveitamento das visitas, o papel dos professores e o momento de produção de relatórios de visita, bem como as considerações finais a respeito dos dados obtidos e do referencial aqui abordado.

2 O campo como locus de aprendizado: a teoria na prática e a prática na teoria

O estudo do turismo no Brasil e no mundo passou por diversas fases para se constituir hoje em uma matéria de interesse para ciências e campos de estudo. A primeira faculdade de turismo no país nasce em 1971 na Instituição de Ensino Anhembi-Morumbi, em São Paulo. Portanto, é uma disciplina relativamente nova e ainda tem muito caminho a percorrer (REJOWSKI, 1996).

Em sua trajetória é importante evidenciar que, após a fase inicial e de euforia sobre os ganhos econômicos que o turismo propiciara, sucederam-se algumas fases. Atualmente, essa discussão vem à tona com contornos mais humanísticos e, assim, outras ciências que estudam o fenômeno, como a Sociologia, Ecologia e Antropologia, vêm ganhando destaque, uma vez que o turismo é um vasto campo de estudo que precisa do aporte de outras ciências para a sua melhor compreensão. Desse modo, um conceito hoje basilar ao turismo é o da sustentabilidade, que lança desafios de como lucrar econômica, social e culturalmente com a atividade, conceito que, por sua abrangência, requer outros olhares e saberes.

O desafio do docente em turismo, portanto, abrange uma universalidade de conceitos e sua riqueza consiste neste caráter inter, multi e transdisciplinar. No atual cenário, professores e educadores têm uma função cada vez mais desafiadora no processo de ensino-aprendizagem. As mudanças vêm em ritmo acelerado e a todo o tempo se é “convidado” a reaprender o aprendido.

(...) um dos desafios que hoje se colocam para a universidade consiste na formação de um profissional capaz de pensar e agir num contexto de alta complexidade – decorrente da natureza dos problemas com os quais nos defrontamos – valendo-se para tanto da capacidade de analisar criticamente a realidade à luz de conhecimentos teóricos e de atuar com competência de modo autônomo e consequente. (UNIVALI, 2011)

Tais objetivos se coadunam diretamente com os propósitos sobre os quais foi criado e regulamentado o curso de Turismo da UFPB em 1998, em um contexto no qual a discussão sobre a

importância da atividade turística, como indutor do desenvolvimento de uma região ou nação, ultrapassou fronteiras e ganhou abrangência mundial.⁴

A Universidade, através de suas atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, tem por objetivo o desenvolvimento socioeconômico da região e do país, através de suas áreas de competência, e uma responsabilidade social considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. (SINAES, 2009, Art. 3º)

Para Lobato *et al.* (2013) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão resultou de processos sociais que incluíram ao longo de décadas, a relação entre estas três áreas como um requisito para que uma instituição pudesse ser reconhecida como uma universidade. E, no que se refere à extensão, Araújo (2011) observa que tais programas promovem a troca de conhecimento entre a sociedade e a universidade, uma vez que esta busca naquela os problemas eminentes e as soluções possíveis, participando, assim, efetivamente da realidade social. Tais projetos têm uma importante função social no Brasil: devolver à sociedade os investimentos públicos aplicados por esta nas instituições de ensino superior gratuita, recompensando-a da forma mais comprometida possível (ARAÚJO, 2011).

O turismo enquanto campo acadêmico traz para o aluno o conhecimento de diversas disciplinas dispostas à compreensão do fenômeno do deslocamento, a princípio com fins de lazer, mas hoje há amplas motivações. Dessa forma, o discente é provido de teorias como a da hospitalidade, dos meios de transporte e mobilidade, do marketing e suas facetas, da construção dos espaços e dos destinos turísticos, dentre outros tantos que, somados ainda a bases teóricas da geografia, história, sociologia, antropologia, economia, contabilidade, ecologia e administração, podem variar de acordo com a instituição de ensino na qual se insere.

Esse leque de conhecimento posto aos acadêmicos propõe e permite uma base teórica rica em diversidade de conteúdo e ampla visão crítica, uma vez que as disciplinas buscam discutir a temática geral e aplicá-la à atividade turística. A partir do arcabouço teórico, o aluno tem em mãos condições técnicas para discernir sobre a aplicabilidade e implementação de práticas turísticas nos diversos destinos, seus impactos positivos e negativos. Porém, ter a técnica nem sempre implica dominar a prática. Como compreender o trâmite, os movimentos e desdobramentos de uma atividade que tem como público todo e qualquer perfil social e, como campo, o mundo?

A complexidade da atividade ganha contornos inimagináveis e somente o cotidiano, paulatina e exaustivamente estudado, dará subsídios para gerenciar o turismo, minimizando seus efeitos. Desta

⁴ Para estudo da interface “turismo-desenvolvimento”, ver Boisier (2001); Brandão (2008); Cano (2010); Max-Neef (1998).

forma, compreende-se que somente unindo teoria e prática ter-se-á um profissional com competências suficientes para a tomada de decisão.

Assim, compreende-se que o contato entre teoria e campo é necessário à melhor formação profissional em turismo, tornando as viagens de campo em recurso metodológico notório, configurando o mais adequado elo cognitivo no ensino-aprendizado para esta área. Como bem pontua Serpa (2006, p.10), “teoria e trabalho de campo são dois lados da mesma moeda”. Contudo, “trabalho de campo é fundamental, mas, se realizado desarticulado do método e da teoria, torna-se banal” (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006, p.53). Articular teoria-campo torna-se chave para reflexões no alunado, motivando a investigação e solução de conflitos.

O trabalho de campo para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas. (LACOSTE, 1988, *apud* ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006, p.57)

Sobre articulação teoria-prática, esta é requerida em cursos universitários por meio de seus programas curriculares denominados “Projetos Políticos Pedagógicos” ou PPP’s (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2002).

O curso de Turismo da UFPB teve seu Projeto de Curso (originalmente de 1998) reavaliado pedagogicamente em 2010, resultando em um novo documento contendo novas diretrizes e matrizes curriculares (UFPB, 2010). Assim, também foram definidos critérios para atribuição de créditos em atividades complementares para o curso de graduação em conteúdos flexíveis que poderiam perfazer um total de 12 créditos. Dentre eles, tem-se: 1. Aperfeiçoamento em línguas estrangeiras; 2. Iniciação à pesquisa, docência e extensão; 3. Participação em eventos; 4. Vivência profissional complementar; 5. Visitas técnicas orientadas; 6. Atividades acadêmicas à distância; 7. Trabalho de conclusão do curso (participações em bancas de monografia); 8. Artigos científicos com *qualis* e/ou indexação; 9. Outras produções; 10. Premiações (UFPB, 2010).

No caso de visitas técnicas, fica estabelecido, de acordo com o documento, que serão atribuídos créditos de acordo com a tabela da comissão a cada atividade de visita técnica orientada, com uma dedicação mínima de 02 (duas) horas/aula e máxima de 06 (seis) horas, coordenada, atestada e avaliada por professor responsável pela disciplina, cumpridos os seguintes requisitos (UFPB, 2010):

- 5.1 - Apresentação pelo aluno do atestado de frequência da visita técnica, fornecido pelo professor responsável pela disciplina, emitida em forma de declaração.
- 5.2 - Apresentação de relatório final, avaliado e aprovado pelo professor-tutor responsável pelo acompanhamento e avaliação final do aluno.

5.3 – O Somatório de horas das visitas técnicas realizadas durante o curso não deve ultrapassar o limite de 60 (sessenta) horas (teto) durante os quatro anos do curso. (UFPB, 2010)

Sendo assim, a visita é estimulada como conteúdo flexível para a obtenção de créditos a serem aproveitados pelo aluno, estimulando a participação em atividades extraclasse (UFPB, 2010).

Não diferenciando visitas técnicas de visita de campo, Perez (2005, p. 9) coloca que visitas técnicas são “aquelas feitas por alunos com objetivo de conhecer algo existente fora das salas de aula e que tem relação com o curso por eles realizado”, com “motivos e propósito instrucionais, ao mesmo tempo em que se insere no processo de ensino-aprendizagem”. Para este autor (PEREZ, 2005, p. 10), eis algumas razões para se fazer visita técnica:

1. Mostrar e ressaltar aspectos abordados, em sala de aula, pelo professor;
2. Demonstrar, aos alunos, a necessidade e a importância da observação;
3. Levar o aluno a colher subsídios necessários à comparação da teoria com a prática;
4. Ensejar ao aluno a análise da realidade observada para, assim, extrair mais informações e, desse modo, ampliar o conhecimento;
5. Familiarizar o aluno com eventuais aspectos negativos detectáveis mediante a visita técnica.

Perez (2005, p.16) ressalta ainda que visita técnica não é lazer e “deve ser proposta aos alunos como mais uma atividade de caráter didático-pedagógica e que, assim, é merecedora do empenho, interesse e seriedade de todos”. No seu entendimento (PEREZ, 2005, p.22), a visita técnica tem como função no processo ensino-aprendizagem:

- a) Associar a teoria à prática, trazendo complementação e mais qualidade ao aprendizado;
- b) Levar a escola ao encontro da realidade factual, saindo, assim, de alguma forma, de dentro de seus próprios muros;
- c) Estimular, nos alunos, a capacidade de observação;
- d) Desenvolver o espírito crítico dos discentes;
- e) Variar as atividades utilizadas no processo ensino-aprendizagem;
- f) Explorar a capacidade de planejamento dos alunos;
- g) Enriquecer o tratamento dado ao assunto do currículo;
- h) Dar mais visibilidade à instituição de ensino. (PEREZ, 2005)

Poder-se-ia acrescentar às funções da visita descritas por Perez (2005), ainda, a capacidade não só do aluno, mas do professor em relação ao planejamento das atividades a serem realizadas durante a visita.

Kaiser (2006, p. 94-95), para fins didáticos enumera o que vem a configurar estes trabalhos e pesquisas de campo, as quais seriam de acordo com sua finalidade:

1. Levantamentos estatísticos convencionais: não confundir com os pseudo-levantamentos cuja existência algumas teses recentes mostraram que consistem na compilação de anuários e quadros estatísticos.
2. Outros levantamentos mecânicos: procura sistemática de informações muito precisas. Aquele que o realiza é um instrumento.
3. Levantamentos comerciais: estudos de mercado e similares; sondagens de opinião.
4. Levantamentos de justificação:
 - a) Para alimentar o funcionamento de seu serviço de estudos (proliferação institucional: a conclusão da pesquisa é sempre a de que uma outra pesquisa se faz necessária).
 - b) Para coletar e relacionar as informações necessárias à justificação de decisões ou de uma política elaborada a priori.
5. Levantamentos de preparação: o que ainda se convencionava chamar “levantamento participação”. Frequente nos trabalhos de organização do território.
6. Levantamentos setoriais ou temáticos: frequentemente incapazes de considerar o setor explorado como intimamente ligado ao conjunto do sistema social.
7. O levantamento social, necessariamente global e globalizante, ainda que aplicado a uma fração especializada ou de forma determinada, da formação social. (KAISER, 2006)

No estudo do turismo pode-se realizar qualquer destes procedimentos traçados por Kaiser (2006), uma vez que desde o estudo de mercado, que vise nortear empreendimentos, às pesquisas estatísticas, àquelas que embasam decisões políticas e às globais e globalizantes, dão sustentação a planejamentos diversos do setor.

O trabalho de campo é um exercício de observação, no qual tanto professor quanto alunos devem estar abertos a um olhar desprovido de preconceitos, concepções, mas providos de norteamentos teóricos e metodológicos prévios que otimizem a atividade.

Na observação dita científica existe uma intenção no ato de observar, devendo-se saber de antemão o que se quer observar, deve-se ter um propósito em mente. O ato de observar é sempre norteado por alguma ideia, algum problema, ou alguma teoria, ou seja, sobre conhecimentos e experiências anteriores. Portanto, antes de efetuar qualquer observação é necessário desenvolver os conhecimentos teóricos, pois são eles que nortearão no processo de observação. (CAVALCANTI, 2011, p. 169)

É preciso vislumbrar ainda que uma pesquisa de campo satisfatória necessita de bases metodológicas, afinal, sem método o campo, tornar-se-á confuso e até deturpado. Para sair a campo,

além da teoria já estudada, há de se traçar a problematização que norteará a aproximação da teoria à realidade.

A formulação de hipóteses também pode contribuir para os alunos chegarem mais direcionados ao campo, porém sem que isto se torne uma limitação, podendo o aluno ter ciência de que hipóteses podem ser negadas quando do contato com a situação real (KAISER, 2006). Kaiser (2006) defende ainda que a pesquisa deve ser iniciada de forma tranquila e sem grandes pretensões com diálogos informais com a comunidade local.

Assim que se chega ao “terreno”, o pesquisador não realizará uma listagem enorme de questionários, uma bateria de magnetofones, um arsenal de aparelhos de fotos e câmeras (...) Não, ele deve passear longamente, tranquilamente; que se impregne da atmosfera social; que se procure o que realmente preocupa e distinga nas conversações banais os sinais da tensão profunda. E sobretudo, que ele se ponha a compreender a história. Através das lembranças das pessoas e da reconstituição que elas fazem da história que aprenderam, os grandes traços determinantes da situação atual aparecem claramente. (KAISER, 2006, p.99)

Com a prática do campo, o aluno pesquisador, então, tem um trabalho de amadurecimento dele mesmo para ser desenvolvido nas pesquisas, o que o deixará mais confiante para sua atuação profissional. As interações e a necessidade de interlocução com os conflitos reais fazem com que o aluno esteja mais atento e mais reflexivo aos impactos advindos do turismo em determinada localidade, ou do contrário, as dificuldades que a atividade enfrentará para obter sucesso mediante um quadro situacional problemático do local. O crescimento crítico é possibilitado através do encontro com a realidade.

Dentro dos diferentes métodos, o trabalho de campo assume facetas diferenciadas. Segundo Suertegaray (2002, p.2):

No método positivista, tão conhecido nosso, o campo (realidade concreta) é externo ao sujeito. O conhecimento/a verdade está no objeto, portanto no campo, no que vemos. No método neopositivista o campo como realidade empírica é externo ao sujeito. Agora, nesta perspectiva, o campo como realidade externa é uma construção do sujeito. No método dialético, o campo como realidade não é externo ao sujeito, o campo é uma extensão do sujeito, como é numa outra escala a ferramenta para trabalhar uma extensão do seu corpo, ou seja, a pesquisa é fruto da interação dialética entre sujeito e objeto. No método fenomenológico, o campo é a expressão das diferentes leituras do mundo. É o lugar (da observação e da sistematização) do olhar do outro — daí o método fenomenológico dizer da necessidade de se colocar no lugar de. Na compreensão da hermenêutica, o campo é a interação do sujeito no seu caminhar e pensar com o objeto. O sujeito como ponto de partida do conhecimento promove, a partir de sua vivência, a ação que desencadeia o processo de conhecimento e (re)construção do mundo.

A partir da escolha do método, a vivência do campo permitirá análises mais críticas e profundas ou mais descritivas e expositivas. Para o estudo do turismo, desde abordagens mais positivistas às mais dialéticas e fenomenológicas, são utilizadas, e têm, cada uma, seu valor para a

construção do saber. Porém, se no início do estudo desse fenômeno a visão positivista foi preponderante, atualmente pesquisadores buscam aprofundar suas leituras no campo sociológico, antropológico, cultural e ambiental do turismo, tendo para isso adotado métodos que possibilitam sua maior integração ao objeto estudado, deixando de lado um pouco o distanciamento e imparcialidade tão característicos do “fazer ciência” dos primórdios (PANOSSO NETTO; NECHAR, 2014).

A título de maior conhecimento, seguem breves definições sobre abordagens metodológicas utilizadas no estudo do turismo. Iniciando pelo positivismo, Triviños (1987) coloca que este tem suas raízes no empiricismo, já na antiguidade. O positivismo deve guiar o pesquisador para a certeza, distanciando-o da indecisão; elimina o vago, consolidando o preciso. “O positivismo não aceita outra realidade que não sejam os *factos, factos* que possam ser observados” (TRIVIÑOS, 1987, p. 36).

Sobre a dialética, abordagem bastante utilizada na ciência geográfica, apresentam Marconi e Lakatos (2000, p.83): “para a dialética as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está acabada, encontrando-se sempre em via de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro”. Esta abordagem aponta para uma realidade em que tudo se relaciona, se transforma; “as coisas não existem isoladas, destacadas umas das outras, mas como um todo unido, coerente. Tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados em si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente” (MARCONI; LAKATOS, 2000, p. 83-84).

Já a fenomenologia traz uma abordagem extremamente subjetiva ao/do pesquisador, na qual este se insere enquanto ser nessa reflexão. A experiência humana é um dos temas estudados por ela (PANOSSO NETTO; NECHAR, 2014). “A ideia fundamental, básica, da fenomenologia, é a noção de intencionalidade. Esta intencionalidade é de consciência que sempre está dirigida a um objeto. Isto tende a reconhecer o princípio que não existe objeto sem sujeito” (TRIVINOS, 1987, p. 42).

Para o estudo do turismo, um cuidado precisa advir dos alunos e da orientação dos professores para que a aproximação com o destino analisado no campo não seja observada nem vivenciada com estranhamento. Ou seja, é preciso que as atitudes (corporais, verbais e de conduta) de alunos e professores sejam pouco invasivas à sociedade visitada, exigindo um preparo emocional e profissional para tanto. É preciso “diluir” a presença estranha para conseguir adentrar na realidade local, “tornar-se invisível”, como dito na Antropologia, pois quanto menos impactante a presença do pesquisador, mais viabiliza-se um comportamento natural dos habitantes locais. A etnografia, de Malinowsky, com os “Argonautas do Pacífico Ocidental”, originalmente escrito em 1922, é um estudo pioneiro sobre esta postura do antropólogo com seu “objeto” de estudo, que fez escola no Brasil e no mundo (MALINOWSKY, 2018).

Kaiser (2006, p.100) sobre a postura comportamental, coloca: o pesquisador deve estar prevenido para não se deixar distrair pelo anedótico, pelo estranho, pelo singular. Uma coisa é observar para tentar compreender, registrar os fenômenos para os interpretar com o apoio da explicação geral; uma outra é ir “à pesquisa” como quem vai ao zoológico ou ao safári.

A responsabilidade de sair a campo do professor e dos alunos deve ser alvo de reflexão, pois os resultados de uma pesquisa devem trazer benesses à sociedade e espaço pesquisados. Visitar, observar, aplicar entrevistas, fotografar, dentre outros procedimentos cabíveis às práticas de campo fornecem rico material para ser trabalhado na academia, mas qual a funcionalidade destes para a comunidade receptora? Quando as pesquisas são mais aprofundadas, como monografias, projetos de pesquisa e extensão, dissertações e teses, é importante que o retorno à sociedade seja realizado, como forma de agradecimento e reconhecimento pelo material fornecido/possibilitado.

Outra questão importante ao campo é o discernimento à compreensão dos fatos mostrados/vivenciados, uma vez que nem sempre é fácil analisar de fora questões muitas vezes tão específicas e dotadas de tantas nuances que foram cultural e historicamente constituídas.

É difícil pronunciar-se claramente sobre a natureza e sobre a escala dos fenômenos observados localmente. A separação entre o que é específico, às vezes folclórico, e o que é significativo, não se coloca sempre claramente. É o caso, em particular, de tudo o que se relaciona ao exercício dos poderes (o poder das personalidades), e manifestações da cultura. (KAISER, 2006, p. 101)

Assim, a relação trabalhada no contato com as condições em sala estudadas torna-se enriquecedora ao aluno e ao professor.

3 Teoria e prática se fundem na práxis

É comum no discurso dentro e fora de sala de aula falar, como contrários, de teoria e prática, sendo a primeira uma questão mais abstrata, passiva, contida nos livros, enquanto a segunda é mais dinâmica, envolvendo o contato com a realidade.

Para iniciar este debate é preciso deixar claro que “teoria e abstração não são a mesma coisa”, como aponta Pereira (1994, p.10), e argumenta que “não é a teoria que se contrapõe à prática pura, é a abstração, que é conhecimento desarticulado da realidade, fora do horizonte da prática que a fundamenta”.

Só a prática é fundamento da teoria ou seu pressuposto, pela razão de que o homem não teoriza no vazio fora da relação de transformação tanto da natureza, do mundo cultural e social como, conseqüentemente, de si mesmo (PEREIRA, 1994, p.10).

Portanto, não se tratará de teoria e prática no estudo da visita de campo, mas da “práxis entendida como o coroamento da relação teoria/prática e como questão eminentemente humana, consciente”, de acordo com o entendimento de Pereira (1994, p. 72). Este mesmo autor, na obra supracitada (pp. 74-77-85), coloca vários pontos de vista sobre a práxis, dentre eles: a) da prática, portanto, que não se entende sem a teoria, senão seria ação animalizada e não humana; b) da prática, que em relação à teoria mantém uma primazia inquestionável, pois a teoria sem prática é pura abstração; c) falaremos de práxis como ação com sentido humano, como ação projetada; d) teorizar bem, ascender à práxis, tem muito que ver com a sua capacidade de abrir-se ao mundo, aceitá-lo e/ou negá-lo para poder transformá-lo.

Marcos (2006, p. 130) enriquece o debate ao expor que a teoria depende da prática e fundamenta-se sobre a ela, servindo-a. “A verdade de um conhecimento ou de uma teoria está determinada não por uma apreciação subjetiva, mas pelos resultados objetivos da prática social. O critério da verdade só pode ser a prática social”.

Sobre a visita de campo, Serpa (2006, p. 10) diz que não pode haver separação entre os conceitos e sua operacionalização através do trabalho de campo (...) pois a separação de fato, não existe, sendo um construto artificial, pois teoria e trabalho de campo são dois lados da mesma moeda.

Sair dos limites da sala de aula, que da janela mostra a vida em seu pulsar, parece condição essencial para um aprendizado libertador, que ao transpor muros e conteúdos passivos, promove a consciência crítica do aluno, estimulando-o a criar seus conteúdos através do direcionamento do seu olhar, fugindo da concepção “bancária” da educação preconizada por Paulo Freire (1987, p. 33) em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los.

Na pesquisa de campo, o cotidiano, comumente estranho ao pesquisador, ganha novo sentido, como aponta Kaiser (2006, p. 98-99):

Sob o familiar, descubra o insólito, sob o cotidiano, descubra o inexplicável”, escreveu Bertolt Brecht em 1930, em um belo texto de sua peça “A exceção e a regra”, com objetivo expressamente didático. É uma observação que pode ser transposta para quem realiza pesquisa de campo. Para este, o familiar, o cotidiano, é o importante, o significativo. E a análise social deve ser feita a partir do que está no cerne da vida das pessoas, do que condiciona sua existência atual e seu futuro, do que o passado fez deles. Daí a importância dos níveis cultural e político.

Ainda, segundo Kaiser (2006, p. 104), “para aqueles que só compreendem a teoria sem nada conhecerem da situação real, a realização de tais pesquisas de campo é ainda mais necessária, sob pena de não poderem ligar a teoria à prática”. Este autor vai mais além ao citar Mao Tse Tung quando diz que “sem pesquisa de campo ninguém tem direito de falar” e que tal afirmativa feita por Mao foi

distorcida e taxada de “empirismo estreito”, no que o teórico coloca que jamais se arrepende de tê-la impulsionado, mas, ao contrário: persiste em sustentar que, a menos que se tenha realizado pesquisa de campo, não se pode pretender ter direito à palavra.

Relatando sua experiência de pesquisa participante realizada em duas comunidades japonesas localizadas no noroeste do estado de São Paulo, Marcos (2006, p. 130) fala da recusa do seu orientador em acompanhá-la na pesquisa de campo, ao mesmo tempo em que diz que, posteriormente, compreendeu o aprendizado com aquela recusa.

O que ele me fez fazer, naquele momento, foi viver a prática para produzir a teoria, a fim de que fosse possível, mais tarde, usar esta teoria para poder transformar a realidade: Afinal, como já lembrava Marx. “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”.

É importante perceber que a pesquisa de campo, como instrumento pedagógico, convida a Antropologia para um passeio, deslocando-se da educação “bancária” à educação “problematizadora”, conceitos cunhados por Paulo Freire (1987), que merecem um debruçar mais acurado neste estudo.

A “bancária”, por óbvios motivos, insiste em manter ocultas certas razões que explicam a maneira como estão *sendo* os homens no mundo e, para isto, mistifica a realidade. A problematizadora, comprometida com a libertação, se empenha na desmitificação. Por isto, a primeira nega o diálogo, enquanto a segunda tem nele a indispensável relação ao ato cognoscente, desvelador da realidade. A primeira “assistencializa”; a segunda, criticiza. A primeira, na medida em que, servindo à dominação, inibe a criatividade e, ainda que não podendo matar a *intencionalidade* da consciência como um desprender-se ao mundo, a “domestica”, nega os homens na sua vocação ontológica e histórica de humanizar-se. A segunda, na medida em que, servindo à libertação, se funda na criatividade e estimula a reflexão e a ação verdadeiras dos homens sobre a realidade, responde à sua vocação, como seres que não podem autenticar-se fora da busca da transformação criadora. (FREIRE, 1987, p.41)

Freire (1987, p.41) demonstra que “a tendência, do educador-educando como dos educandos-educadores é estabelecerem uma forma autêntica de pensar e atuar. Pensar-se a si mesmos e ao mundo, simultaneamente, sem dicotomizar este pensar da ação”. Para Freire (1987, p.41), a educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como *estão sendo* no mundo *com que* e *em que* se acham. Portanto, ainda na concepção de Freire, desta maneira, a educação se refaz constantemente na práxis: para *ser* tem que *estar sendo*. O autor, a partir do pensamento da educação como meio de emancipação, coloca que a Pedagogia aceita a sugestão da Antropologia, no sentido da imposição de pensar e viver a educação como prática da liberdade (FREIRE, 1987, p.9).

Mediante as colocações de Freire (1987), somado ao discutido sobre teoria, prática e práxis, no que se constitui a visita de campo no estudo do turismo? Qual a relevância deste recurso metodológico para a compreensão de um fenômeno social, cultural e econômico que é crescente, ascende e se consolida em todos os continentes? Para entender o turismo é preciso reconhecer realidades, ter consciência de que a teoria de sala de aula pode ou não estar presente no desenvolvimento da atividade nos diversos destinos turísticos. Assim, busca-se apresentar a seguir o que pode ser obtido através do trabalho de campo no ensino do Turismo enquanto área acadêmica de estudo.

4 Metodologia

A pesquisa em tela tem caráter exploratório-descritivo por discorrer como se dá o processo de visita técnica para os estudantes do curso de Turismo da UFPB cuja observação direta extensiva (questionários) levantaram variáveis para serem relacionadas ao tema deste trabalho, bem como possui descrições qualitativas das respostas obtidas pelo instrumento de coleta de dados (MARCONI; LAKATOS, 2006). Tem, por sua vez, como elemento central a pesquisa por meio do método monográfico, reunindo a observação das respostas dos bacharelados em Turismo para obter o entendimento que eles possuem sobre a visita de campo (DENCKER, 1998).

A técnica de coleta de dados utilizada foi a aplicação de questionários estruturados, com perguntas abertas e fechadas, por meio da ferramenta *Google Docs*. O link para acesso ao questionário foi distribuído via e-mail e publicizado em um grupo da rede social *Facebook* destinado a alunos do curso, devido ao alcance que este exercia à época, sendo solicitada a contribuição. Tal questionário ficou aberto a respostas pelo período de 1 mês. De acordo com Dencker (1998), “a *internet*, as redes e os provedores de acesso apresentam grande crescimento, substituindo o fax e a pesquisa por correio (...). Várias pesquisas já vêm sendo desenvolvidas a partir desses meios” (p. 190). Configurando-se, pois, em um meio eficiente de obter os dados estimados sem maiores despesas e com resposta relativamente rápida por parte dos participantes.

A amostragem teve caráter intencional, por incluir somente estudantes do curso de Turismo da referida universidade e por investigar alunos que tivessem participado de pelo menos uma visita de campo. Além disso, a escolha do grupo pesquisado diz-se intencional pelo “nível profundo de conhecimento por parte do pesquisador, para que possa indicar os segmentos representativos que precisam ser estudados” (DENCKER, 1998, p. 109).

Para o tratamento das entrevistas realizadas com os informantes, utilizou-se a análise do discurso, que tem tido um papel crescente nas ciências sociais contemporâneas. “A Análise do

Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social” (ORLANDI, 2009, p. 25). Em termos de associação do discurso dos estudantes com a representação da realidade das visitas de campo, faz-se uso da ideia proposta por Gill (2002) de se fazer proveitoso [grifo dos autores]:

pensar a análise de discurso como tendo como quatro temas principais: uma preocupação com o discurso em si mesmo; uma visão da linguagem como construtiva (criadora) e construída; **uma ênfase no discurso como uma forma de ação**; e uma convicção na organização teórica do discurso (p. 247).

Foi por meio do discurso que os alunos apresentaram o comportamento dos próprios discentes e dos docentes, mostrando como a realidade de visitação a campo é percebida pelos estudantes. “As pessoas empregam o discurso para *fazer* coisas – para acusar, para pedir desculpas, para se apresentar e uma maneira aceitável, [*sic*] etc.” (GILL, 2002, p. 248).

No que diz respeito ao tamanho da amostra, a análise do discurso foge à tradição dos métodos de ciência convencionais e não se preocupa com grande quantidade de números, pois uma amostra demasiada extensa pode tornar-se problemática (WOOD; KROEGER, 2000). Aponta-se, contudo, que essa amostra alcançou pouco mais de 20% do alunado do curso, uma vez que totalizavam 170.

Os participantes numa dada pesquisa partilham entre si características consideradas fundamentais para a questão em estudo (TAYLOR, 2001). Sendo assim, a seleção da amostra não é feita no sentido de representar a população como um todo, mas como um determinado grupo. A análise do discurso realizada baseou-se na análise das transcrições dos 36 questionários respondidos. O primeiro passo numa análise deste tipo consiste na leitura minuciosa e na releitura do material a fim de melhorar a interpretação ou detectar algum significado que possa ter sido negligenciado. Durante a leitura, procurou-se temas e palavras recorrentes que pudessem assumir uma mesma classificação para serem agrupados e contabilizados, bem como frases que pareçam representar situações de significados singulares e diferenças. Foram identificados discursos que construíram a experiência dos informantes em relação às visitas, seus objetivos, ensinamentos e falhas.

5 Discussão dos resultados

Para a obtenção das respostas ao problema de pesquisa, disponibilizou-se questionário online, por meio da ferramenta “Google Docs”, com 14 perguntas, sendo quatro fechadas e 10 abertas, a serem respondidas somente pelos alunos de turismo que já houvesse feito visitas de campo no Curso, obtendo-se 36 respostas.

Dentre os respondentes mais de 50% encontravam-se no 3º e 4º períodos de curso. Destes, 29 têm entre 19 e 24 anos, e sete estão acima dos 24 anos. Quanto ao número de visitas realizadas obtiveram-se os seguintes percentuais: dos alunos respondentes, 35% realizaram de 1 a 5 visitas de campo; 31% fizeram de 6 a 10 visitas; 28% realizaram entre 11 e 15 visitas; e 6% foram mais de 15 vezes ao campo.

Os percentuais maiores no número de visitas realizadas dizem respeito, como seria de se supor, dos alunos de períodos mais avançados, pelo número de semestres que já cursados.

Indagados sobre o que entendem sobre turismo pedagógico, a palavra “aprendizado” foi mencionada 12 vezes, com variações como “aprender” e “aprendizagem”. A frase “Aliar teoria à prática” foi dita por sete respondentes, enquanto “ferramenta didática/procedimento metodológico/prática de ensino por seis respondentes. Também foram citados: percepção da realidade; noção de percepção do indivíduo; interação/integração/convívio social-visitante visitado.

Sobre o que é visita de campo em turismo, 16 respondentes, quase 50% da amostra, respondeu que é um meio de “aliar a teoria à prática”, enquanto outros 10 respondentes disseram ser um meio de “conhecer/vivenciar a realidade”.

A importância de tal instrumento pedagógico na visão dos alunos é que, novamente mencionam, “alia teoria e prática” (15 respondentes). Outros seis respondentes, também na mesma perspectiva, falam que a visita possibilita a percepção de como funciona a profissão, o contato com o mercado de trabalho, a base prática do que vai trabalhar no futuro e saber o verdadeiro papel do turismólogo com os exemplos vistos na prática, oferecendo parâmetros para planejar a exploração turística. Outros quatro informantes ressaltam a “experiência/vivência” e outros três “a visão crítica que a visita proporciona, aguçando o olhar”.

Sobre quais visitas geraram menos ou mais aprendizado, fala-se da questão temporal, demonstrando a satisfação e aprendizado com visitas mais duradouras em relação a localidades e pela interação possível com a comunidade visitada. Ademais, também foram mencionadas visitas a empresas, como hotéis e pousadas que, mesmo com algumas poucas horas in loco, são produtivas quando planejadas. Discorrem sobre meio ambiente, impactos e até hotelaria hospitalar, visita que os impressionou pela relação percebida com a hotelaria e turismo. A visita mais longa relatada durou cinco dias. Em relação as que geraram menos aprendizado, o foco recai sobre a superficialidade de algumas visitas e o tempo ocioso que se passa, quando se poderia estar fazendo alguma atividade produtiva. Também comentam sobre a má prestação oferecida ao grupo por um guia local, em uma determinada visita. A maioria, no entanto, diz estar satisfeita com o aprendizado gerado pelas visitas.

Também se constituiu uma preocupação dos pesquisadores saber se os alunos encaram com seriedade a visita de campo enquanto recurso pedagógico. Destes, 12 afirmaram que “nem todos”; 13

disseram que “em geral, sim”; e seis disseram que “em geral, não”. O discurso daqueles que opinaram “nem todos” ou “em geral, não”, ou seja, que os alunos não levam a sério a visita, é justificado pela frase “muitos levam a viagem como lazer”. Essa é uma questão que merece maior atenção dos docentes, visto que, ao todo, 18 pessoas acreditam que a maioria dos alunos não encara a visita com a seriedade que deveriam, o que pode inviabilizar e tornar ineficaz uma ferramenta de tamanho potencial pedagógico como a visita de campo. Saber o porquê não levam a sério talvez seja uma outra questão de pesquisa.

Sobre se foi detectado algum tipo de problema recorrente nas visitas, 12 alunos disseram que “não”. No entanto, a maioria disse “sim”. Dentre esses, os que relataram problemas nas viagens, 10 indicaram a falta de planejamento, de organização e de cronograma nas visitas. Em geral, eles reclamam sobre não ter um itinerário nas localidades visitadas, porém é sabido que todos saem com um roteiro de pesquisa a cumprir, pois em sala será posteriormente cobrado.

Ainda nessa questão, duas respostas retratam a falta de respeito aos colegas e aos professores por alguns discentes. Tal fato impele repensar sobre o rigor que se deve estabelecer quando da saída a campo, pois talvez seja a maior liberdade que sentem saindo das salas de aula que os fazem ultrapassar alguns limites. Seis respondentes apontaram problemas com o transporte e conflitos entre alunos.

No que concerne o papel do professor nas visitas técnicas, 13 respondentes citaram a palavra “orientar”. Esta apareceu também na forma de “guiar, esclarecer, tirar dúvidas, indicar o caminho, acompanhar, direcionar, instruir, informar, auxiliar, assistir, mostrar a realidade, preparar para a vivência”. O segundo aspecto mais mencionado pelos alunos diz respeito à parte mais normativa da visita como “organizar, administrar, supervisionar, coordenar, dar suporte”, destacando que o professor deve ter conhecimento prévio do local e deixar claro o roteiro que vai ser realizado. Em terceiro vem a função de “transmitir conhecimento”, “repassar a teoria à prática”, “mediar debates”. O quarto, mas não menos importante aspecto, tem a ver com a autoridade do professor e sua capacidade de liderança durante a visita. Assim, mencionam que este deve: “disciplinar quanto aos objetivos da visita”, “manter a disciplina e a ordem”, “controlar o comportamento dos alunos”, “ser referência, ter atitude, passar confiança, liderar”. Um deles destaca a grande responsabilidade do professor em tamanha empreitada. Destaca-se também a fala de um informante ao dizer que os professores não devem “responsabilizar os alunos na tarefa de organizar a viagem, principalmente a reserva nos hotéis e pousadas”.

Quando perguntado sobre sentirem dificuldade na apresentação dos resultados da pesquisa de campo, especificamente sobre fazer o trabalho em grupo, 14 responderam ter dificuldades, 15 disseram não ter e cinco apontaram “algumas vezes”. A maior parte das queixas gira em torno de somente alguns integrantes do grupo realmente fazerem o trabalho, enquanto outros “se encostam”

(expressão dos próprios respondentes). Outro ponto de reclamação é sobre a dificuldade de se reunir para o debate em grupo, uma vez que os alunos têm horários diversos de trabalho. Algumas vezes foi citada a falta de consenso entre os integrantes do grupo.

Quando questionados se nas visitas os professores fazem a relação “teoria-prática”, a maioria (24 alunos) respondeu que sim, com somente três respostas negativas e cinco alegando que a relação é feita “algumas vezes”.

Por fim, apesar de na questão anterior alguns terem reclamado do tempo destinado à visita, quando questionados sobre este tempo ter sido suficiente para o levantamento das informações solicitadas pelo professor responsável, 30 responderam que sim, apenas quatro disseram não e dois mencionaram que algumas sim, outras não.

Finalizada a amostragem, é possível analisar que as visitas, mesmo com algumas atribulações, têm sido positivas ao melhor aprendizado dos alunos. Porém fica claro que a postura de muitos discentes merece ser reconsiderada sobre a responsabilidade que eles mesmos precisam ter com o trabalho de campo. É preciso mais seriedade e compromisso com a pesquisa/visita realizada, assim como com a disciplina cursada que possibilita o campo. Também deve-se levar em consideração os colegas de turma, de grupo e os professores que estão dispostos a realizar o procedimento e dar suporte à visitação.

Ainda considerando o retorno proporcionado por esse questionário aplicado, retira-se a lição aos docentes que em alguns momentos ou em algumas visitas precisam se debruçar mais sobre os direcionamentos que os alunos receberão, assim como cobrar dos mesmos uma postura mais coerente com o momento e responsabilidade. Talvez maior rigor na cobrança dessa postura de um futuro pesquisador mereça ser considerada pelos docentes que levam estes alunos a campo.

O retorno obtido nos questionários mostrou-se valioso recurso para análise dos docentes sobre propostas metodológicas de ensino, bem como para o melhoramento/aprimoramento destas.

6 Considerações Finais

A partir do momento em que o aluno transpõe os muros da Universidade, ele também transpõe o muro de uma educação “bancária” e passa a vivenciar uma educação “problematizadora”, no dizer de Paulo Freire (1987). Esta última confronta o aluno à práxis, pois ir a campo pressupõe uma teoria anterior e à teoria anterior há o pressuposto de que um estudo empírico a tenha embasado.

Em contato com a realidade “nua e crua”, sem intermediários, o aluno com a sociabilidade inerente à visita de campo faz um exercício de questões como cidadania, civismo, empatia, intercâmbio, visão crítica, conscientização, poder de síntese, assim como “libertação, ação e reflexão”,

como preconiza Paulo Freire (1987). E todo este encontro/confronto concorre para um aprendizado no qual o aluno passa a ser protagonista e retira suas próprias conclusões, com liberdade de pensamento e estímulos para criar seus próprios conteúdos.

Ao professor-educador, com função de intermediário entre o campo (neste caso, a localidade visitada) e o aluno, emerge com mais força o papel de mediador, orientador e inspirador. A ele é requerida a função de liderança, pois as repostas reveladas na pesquisa mostram como os discentes estão presos à imagem do líder a quem cabe a ordem e autoridade para impor respeito aos alunos, pois estes reconhecem senão a própria indisciplina, mas ao menos a indisciplina do outro. Fazer visita de campo no curso de Turismo não é fazer turismo. Mas, se ainda assim for visto como fazer turismo, é este o objeto de estudo, sendo mais plausível dizer que o estudante de turismo não é turista quando viaja, assim como também não o é o geógrafo ou o antropólogo quando faz visita de campo.

Ir a campo é, por excelência, um exercício antropológico. É ser tentado a fazer uma reelaboração do mundo. E é preciso ter noção de que - mesmo que os alunos se ressintam de “falta de planejamento” na visita - um roteiro de visita previamente estruturado contém, implicitamente, os percalços da visita. Afinal, tratar de observação social é lidar com problemas não estruturados, diferentemente de pesquisas em laboratório, na qual todos os instrumentos estão a postos para serem manuseados. O planejamento, portanto, deve deixar brechas para ações que requeiram iniciativa dos discentes e para a atividade criadora destes e dos docentes.

Por fim, a voz dos alunos pesquisados suscita no professor uma autocrítica ao seu papel não somente nas visitas técnicas, mas como educador. Assim, o campo se transforma em lócus de uma dinâmica pedagógica que serve de lição para os que têm sensibilidade no olhar e humildade em aprender com a vida real, de “carne e osso”.

Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto R.; ROCHA-LEÃO, Otávio. M. Trabalho de Campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um Instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.84, p. 51-68, 2006.

ARAÚJO, Maria Amélia M. de. et al. **Extensão Universitária um laboratório social**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

BANDUCCI JR, A.; BARRETTO, Margarita. **Turismo e Identidade Local: uma visão antropológica**. São Paulo: Papyrus, 2011.

BOISIER, Sérgio. Desarrollo (Local): de qué estamos hablando? *In*: Becker, Dinizar Fermiano; Bandeira, Pedro Silveira. **Desenvolvimento Local e Regional: Determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

BOYER, Marc. **História do turismo de massa**. Bauru/SP: EDUSC, 2003.

CANO, Wilson. **Uma agenda nacional para o desenvolvimento**. IE/UNICAMP, Campinas, 2010.

CAVALCANTI, Agostinho P. Brito. Abordagem metodológica do trabalho de campo como prática pedagógica em Geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 15, n.2. 2011. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/geografia/article/download/7371/4410>. Acesso em: 01 ago. 2015.

DENCKER, Ada. F. Maneti. **Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas**. 9. ed. São Paulo: Futura, 1998.

DENCKER, Ada. F. Maneti. Metodologia Científica. *In*: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Org.). **Turismo: como aprender, como ensinar**. v. 1. São Paulo: Editora SENAC, 2003, p. 257-284.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2008.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GILL, Rosalind. Análise de Discurso. *In*: BAUER, Martin. W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 244-270.

KAISER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 93–104, 2006.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. Editora: Contexto, 2001.

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p.77-92, 2006.

LOBATO, Patrícia. L. M. et al. **A indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão no projeto “Tecnologia apropriada à publicação de atos normativos pela agência reguladora ANATEL: estudo de consultas públicas”**. *In*: ANAIS DO VII SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PUC/MG. 2011. Disponível em: <http://fca.pucminas.br/verbo/2013/09/11/vii-seminario-de-extensao-universitaria-da-puc-minas/>. Acesso em: 22 jan. 2014.

MALINOWSKY, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARCOS, Valéria de. Trabalho de Campo em Geografia: Reflexões sobre uma Experiência de Pesquisa Participante. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.84, p. 105–136, 2006.

MAX-NEEF, Manfred. **Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones**. Içaria Editorial, Barcelona, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CES nº 146/2002**. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=139531-pces146-02&category_slug=fevereiro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28 jul. 21.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

PANOSSO NETTO, Alexandre.; NECHAR, Marcelino Castillo. Epistemologia do Turismo: escolas teóricas e proposta crítica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, ano 8, v. 1, p. 120-144, 2014.

PEREIRA, Otaviano. **O que é teoria**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEREZ, J. A. **Visitas técnicas: no ensino fundamental, médio e superior**. João Pessoa: EGM, 2005.

REJOWSKI, Míriam. **Turismo e Pesquisa Científica**. São Paulo: Editora Papirus, 1996.

SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.84, p.7– 24, 2006.

SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação / [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]**. 5. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

SUERTEGARAY, Dirce. M. Antunes. Pesquisa de campo em Geografia. **GEOgraphia**, Niterói, ano 4, n. 7, 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/78>. Acesso em: 01 ago. 2015.

VELOSO, Marcelo. P. **Visita técnica: disciplina curricular para os cursos de turismo**. 2003. Monografia (Especialização em Pesquisa e Docência em Turismo e Hospitalidade). Universidade Estadual de Brasília, Brasília, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

TAYLOR, S. Evaluating and applying Discourse Analytic research. *In*: Wetherell, M.; Taylor, S.; Yates, J. S. (eds.). **Discourse as Data**. London: Sage Publications, 2001, pp. 311-330.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. Projeto Político Pedagógico – Bacharelado em Turismo. UFPB, 2010. Disponível em: https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=1626743. Acesso em: 01 ago. 2015.

UNIVALI. Universidade Vale do Itajaí - SC. **Elaboração de trabalhos acadêmicos científicos**. Cadernos de Ensino, Formação Continuada, ano 2, n. 4., 2011.

WOOD, Linda; KROEGER, Rolf. **Doing discourse analysis: methods for studying action in talk and text**. London: Sage Publications, 2000.